A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA DA MUNICIPALIDADE PAULISTANA EM 1935: UM MARCO NA POLÍTICA CULTURAL BRASILEIRA[1]

THE CRIATION OF THE DEPARTMENT OF CULTURE OF THE CITY OF SÃO PAULO: A SPOT IN THE BRAZILIAN CULTURAL POLICY

LA CREACIÓN DEL DEPARTAMENTO DE CULTURA DE LA MUNICIPALIDAD PAULISTANA EN 1935: UN HITO EN LA POLÍTICA CULTURAL BRASILEÑA

PAULINO, Raquel Santos
Faculdade Leão Sampaio

RESUMO

Analisa-se a criação do Departamento de Cultura da Municipalidade Paulistana, em 1935, como marco das políticas culturais brasileiras. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter histórico, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. O estudo examina o contexto político e cultural da década de 1930, marcado pelo Modernismo e pela derrota paulista de 1932, bem como a atuação de Mário de Andrade e Paulo Duarte, a estrutura institucional do órgão, sua equipe técnica e sua dimensão educativa, com destaque para os parques infantis. À luz de autores como Williams, Botelho, Canclini, Rubim, Calabre e Miceli, conclui-se que a experiência antecipou princípios como a concepção antropológica de cultura, a valorização das culturas populares, a articulação entre cultura e educação e a noção de patrimônio imaterial, embora marcada por limites e descontinuidades.
Palavras-chave: Departamento de Cultura; Mário de Andrade; Políticas Culturais; História da Educação; Parques Infantis.

ABSTRACT

It analyzes the creation of the Department of Culture of the City of São Paulo in 1935 as a landmark in Brazilian cultural policy. It is a qualitative historical study based on a literature review and document analysis. It examines the political and cultural context of the 1930s, shaped by Modernism and by São Paulo's defeat in 1932, the work of Mário de Andrade and Paulo Duarte, its institutional structure, technical staff and its educational dimension, with emphasis on the children's parks. Based on authors such as Williams, Botelho, Canclini, Rubim, Calabre and Miceli, it concludes that the experience anticipated principles such as an anthropological conception of culture, the appreciation of popular cultures, the link between culture and education and the notion of intangible heritage, despite its limits and discontinuities.
Keywords: Department of Culture; Mário de Andrade; Cultural Policies; History of Education; Children's Parks.

RESUMEN

Se analiza la creación del Departamento de Cultura de la Municipalidad de São Paulo, en 1935, como hito de las políticas culturales brasileñas. Es una investigación cualitativa histórica, basada en revisión bibliográfica y análisis documental. Examina el contexto político y cultural de la década de 1930, marcado por el Modernismo y por la derrota paulista de 1932, la actuación de Mário de Andrade y Paulo Duarte, su estructura institucional, su equipo técnico y su dimensión educativa, con énfasis en los parques infantiles. A partir de autores como Williams, Botelho, Canclini, Rubim, Calabre y Miceli, se concluye que la experiencia anticipó principios como la concepción antropológica de la cultura, la valoración de las culturas populares, la articulación entre cultura y educación y la noción de patrimonio inmaterial, aunque marcada por límites.
Palabras clave: Departamento de Cultura; Mário de Andrade; Políticas Culturales; Historia de la Educación; Parques Infantiles.

[1] 10.5281/zenodo.24090442

1 INTRODUÇÃO

A criação do Departamento de Cultura da Municipalidade Paulistana em 1935 representou um marco fundamental na história das políticas culturais brasileiras. Este órgão, pioneiro no país, configurou-se como a primeira instituição municipal especificamente voltada para a difusão, pesquisa e incentivo no campo das artes e da cultura, estabelecendo precedentes importantes para o desenvolvimento cultural urbano no Brasil, segundo aponta Calabre (2009).

O surgimento do Departamento de Cultura insere-se em contextos sociais diferentes, mas dialógicos entre si. Não se pode negar sua raiz no Modernismo que vivia seu auge. A Semana de 1922, ocorrida no Theatro Municipal de São Paulo, foi um marco de ruptura com o academicismo europeu e a tradição parnasiana, defendendo uma arte voltada para a experimentação estética e a valorização da identidade brasileira em sua pluralidade, ressalta Sevcenko (1992).

Por outro lado, também não se pode negar nem tampouco desconsiderar o cenário político específico da década de 1930. Por este viés, Capelato (1981) informa que a criação do referido departamento começa a ser trilhada na derrota da Revolução Constitucionalista de 1932 e surge como parte da reação da elite liberal paulista aos desdobramentos políticos nacionais.

O período era marcado pela instabilidade do governo Vargas e pelas tensões entre as elites regionais e o poder central. Nesse cenário, intelectuais paulistas vislumbraram na cultura uma forma de resistência e afirmação da identidade regional ao mesmo tempo em que buscavam modernizar as estruturas culturais da cidade. Não por acaso, conforme salienta Cardoso (1982), o mesmo grupo político que apoiou a criação do Departamento havia fundado, em 1934, a Universidade de São Paulo, concebida como instrumento de formação de novas elites dirigentes.

Para um periódico dedicado à História da Educação, o tema é particularmente relevante. O Departamento de Cultura não se limitou à promoção das artes: organizou bibliotecas públicas, criou parques infantis destinados às crianças dos bairros operários, ofereceu cursos e conferências e conduziu pesquisas sobre a cultura popular. Tratava-se, portanto, consoante os postulados de Faria (1999), de um projeto em que cultura e educação eram compreendidas como dimensões

inseparáveis da formação do cidadão.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar a criação do Departamento de Cultura de São Paulo, em 1935, como marco das políticas culturais brasileiras, considerando seus idealizadores, sua estrutura institucional, sua equipe técnica, sua dimensão educativa e seu legado. A questão que orienta a investigação é a seguinte: em que medida a experiência paulistana de 1935 antecipou princípios que viriam a orientar as políticas culturais públicas no Brasil?

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter histórico, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram examinados documentos oficiais, como o ato de criação do órgão (SÃO PAULO, 1935), publicações institucionais da Prefeitura de São Paulo (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2025a; 2025b), depoimentos de contemporâneos, como o de Paulo Duarte (1977), e a produção historiográfica sobre o tema. Na leitura das fontes, adotaram-se os procedimentos de crítica documental propostos por Cellard (2008), que recomenda atenção ao contexto de produção, à autoria e à lógica interna dos documentos.

2 CULTURA, POLÍTICA CULTURAL E INTELECTUAIS

2.1 Cultura e política cultural

A noção de cultura é reconhecidamente polissêmica. Williams (1992) mostra que o termo oscila entre uma acepção restrita, relativa às artes e às obras do espírito, e uma acepção ampla, de inspiração antropológica, que abrange os modos de vida de uma sociedade. Essa distinção é decisiva para compreender o Departamento de Cultura, pois o órgão operou simultaneamente nas duas dimensões: promoveu concertos, bibliotecas e publicações, mas também investigou festas, danças, cantos e hábitos das camadas populares.

Botelho (2001) propõe uma distinção semelhante ao diferenciar a dimensão sociológica da cultura, que envolve a produção especializada e os circuitos institucionais das artes, e a dimensão antropológica, que diz respeito às interações cotidianas pelas quais os indivíduos constroem sentidos e identidades. Para a autora, políticas culturais consistentes precisam reconhecer ambas as dimensões, articulando ações setoriais de cultura com outras áreas de governo, como educação, urbanismo e assistência social.

Canclini (1987) define política cultural como o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, por instituições civis e por grupos comunitários organizados para orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social. Essa definição chama a atenção para o caráter político de toda ação cultural: ao selecionar o que deve ser preservado, difundido ou ensinado, o poder público também afirma determinados projetos de sociedade. Coelho (1997), por sua vez, entende a política cultural como programa de intervenções que articula agentes, recursos e objetivos, distinguindo modelos de caráter dirigista, liberal e democratizante.

Chauí (2006) acrescenta a ideia de cidadania cultural, segundo a qual a cultura deve ser compreendida como direito dos cidadãos, e não como mercadoria ou instrumento de propaganda do Estado. Embora formulada em contexto posterior, essa noção permite reler o Departamento de Cultura como experiência precursora de uma política orientada pela ampliação do acesso aos bens culturais, ainda que permeada pelas contradições de seu tempo.

2.2 Políticas culturais no Brasil

Rubim (2007) caracteriza a trajetória das políticas culturais brasileiras por meio de três tristes tradições: ausência, autoritarismo e instabilidade. Segundo o autor, as primeiras iniciativas sistemáticas de política cultural no país surgiram nos anos 1930, com duas experiências inaugurais: o Departamento de Cultura de São Paulo, sob a direção de Mário de Andrade, e a atuação de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde, no governo Vargas. Rubim destaca, na experiência paulistana, o caráter de intervenção estatal de base municipal, a concepção ampla de cultura e a preocupação com as culturas populares.

Calabre (2009) também situa nos anos 1930 o marco inicial das políticas culturais no Brasil, momento em que o Estado passou a criar instituições permanentes voltadas à cultura. A autora observa que, no plano federal, essas iniciativas estiveram associadas ao projeto de construção da identidade nacional promovido pelo governo Vargas, do qual fazem parte o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Instituto Nacional do Livro e o Serviço Nacional de

Teatro. Schwartzman, Bomeny e Costa (1984) evidenciam que o Ministério Capanema reuniu intelectuais de diferentes orientações em torno de um projeto de modernização cultural e educacional sob a tutela do Estado.

Miceli (1984) chama a atenção para o fato de que a história das relações entre Estado e cultura no Brasil é marcada pela presença de intelectuais que ocuparam postos na administração pública e conferiram às instituições culturais o perfil de seus próprios projetos. Esse traço ajuda a compreender por que o Departamento de Cultura é frequentemente associado à figura de Mário de Andrade, embora tenha resultado de uma articulação política mais ampla.

2.3 Intelectuais, Modernismo e Estado

Em estudo clássico, Miceli (2001) analisa a cooptação dos intelectuais pelo Estado nas décadas de 1920 a 1940, mostrando como escritores e artistas encontraram no serviço público uma forma de sustento material e de realização de projetos culturais. O autor evita interpretações puramente heroicas ou puramente instrumentais, ressaltando que a inserção dos intelectuais no aparelho estatal envolveu tanto adesão quanto negociação de interesses.

Lafetá (1974) distingue, no Modernismo brasileiro, um projeto estético, voltado à renovação da linguagem artística, e um projeto ideológico, voltado à reflexão sobre o país e sua identidade, observando que, nos anos 1930, o segundo ganhou crescente relevo. Moraes (1978) identifica na noção de brasilidade o eixo filosófico do movimento, o que explica o interesse de seus participantes pela pesquisa das manifestações populares. O próprio Mário de Andrade (1942), ao fazer o balanço do movimento, reconheceu que o Modernismo havia passado da fase de ruptura para uma fase construtiva, marcada pelo compromisso com o conhecimento do Brasil.

Esses estudos fornecem as chaves interpretativas deste artigo. O Departamento de Cultura pode ser compreendido como ponto de convergência entre o projeto ideológico do Modernismo, a estratégia política da elite liberal paulista e a atuação de intelectuais que, no serviço público, procuraram converter suas convicções em instituições duradouras (BARBATO JÚNIOR, 2004).

3 IDEALIZADORES E FUNDADORES

A criação do Departamento de Cultura foi fruto da articulação entre dois intelectuais proeminentes: Mário de Andrade e Paulo Duarte. Andrade e o escritor e arqueólogo Paulo Duarte, que há muitos anos desejavam promover pesquisas e atividades culturais na cidade por meio de uma agência municipal, conseguiram criar um Departamento de Cultura de São Paulo unificado durante a gestão do prefeito Fábio Prado (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2025).

Paulo Duarte (1899-1984), advogado, jornalista e intelectual, havia trabalhado no jornal O Estado de S. Paulo desde 1927 e participara ativamente das articulações políticas que resultaram na Revolução Constitucionalista de 1932. Sua experiência no jornalismo e seu comprometimento com as causas democráticas foram fundamentais para a idealização do projeto cultural municipal. Em seu livro de memórias sobre o amigo, Duarte (1977) relata as conversas e reuniões em que o projeto foi gestado e reproduz a correspondência que trocou com Mário de Andrade, fonte indispensável para a reconstituição da história do órgão.

Mário de Andrade (1893-1945), por sua vez, trazia sua vasta experiência como escritor, musicólogo e crítico de arte, além de sua visão modernista sobre a cultura brasileira. Sua formação intelectual e seu conhecimento das manifestações culturais nacionais foram cruciais para delinear os objetivos e métodos do novo departamento (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2025). As viagens que realizou pelo Norte e Nordeste do país no final da década de 1920, nas quais registrou músicas, danças e festas populares, haviam consolidado sua convicção de que a cultura brasileira precisava ser pesquisada de forma sistemática antes que suas expressões tradicionais desaparecessem.

O projeto contou, ainda, com o respaldo político do prefeito Fábio Prado, nomeado pelo governador Armando de Salles Oliveira, ambos vinculados ao grupo liberal que se reorganizara após a derrota de 1932. Como observa Raffaini (2001), o Departamento de Cultura expressava a pretensão de fazer de São Paulo o centro irradiador de uma cultura nacional moderna, em sintonia com a ideia de liderança paulista no conjunto da nação.

4 A INSTITUCIONALIZAÇÃO E ESTRUTURA

O Departamento de Cultura foi criado pela municipalidade de São Paulo em 1935, na gestão do prefeito Fábio Prado. Criado a partir do Ato nº 861 (SÃO PAULO,

1935), o departamento teve como primeiro diretor o escritor Mário de Andrade. Esta institucionalização formal marcou o reconhecimento oficial da importância das políticas culturais no âmbito municipal.

O Departamento de Cultura tinha um amplo alcance, supervisionando a pesquisa cultural e demográfica, a construção de parques e uma ala editorial considerável. Esta amplitude de atuação refletia uma concepção moderna e integrada de cultura, que abarcava desde as manifestações artísticas tradicionais até as novas formas de entretenimento e educação popular. Em sua estrutura, o órgão reunia divisões dedicadas à expansão cultural, às bibliotecas, à educação e ao recreio, à documentação histórica e social e ao turismo e aos divertimentos públicos (RAFFAINI, 2001), o que evidencia a concepção ampla de cultura discutida por Williams (1992) e Botelho (2001).

As atividades desenvolvidas pelo Departamento de Cultura foram revolucionárias para a época. Entre as várias iniciativas promovidas pelo DC, estiveram a criação de uma Biblioteca e uma Discoteca públicas, equipamentos culturais que democratizaram o acesso à informação e à cultura musical na cidade (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2025a).

O departamento também se destacou pela realização de pesquisas culturais e demográficas, estabelecendo uma metodologia científica para o estudo da cultura urbana. Essas pesquisas constituíram um acervo documental valioso sobre a formação cultural paulistana e brasileira. A Revista do Arquivo Municipal, vinculada ao órgão, tornou-se espaço de divulgação de estudos históricos, sociológicos e etnográficos, contribuindo para a consolidação das ciências sociais em São Paulo (ARRUDA, 2001).

Além disso, o órgão promoveu atividades de recreação e educação popular, incluindo concertos, conferências e programas radiofônicos, utilizando os meios de comunicação de massa como instrumentos de democratização cultural. Em 1937, o Departamento organizou o Congresso da Língua Nacional Cantada, que reuniu especialistas para discutir a pronúncia do português no canto erudito, iniciativa que revela a articulação entre pesquisa científica, criação artística e afirmação da língua nacional.

Sob a ótica de Canclini (1987), essas ações configuravam uma política cultural

de caráter democratizante, ao buscar ampliar o acesso das camadas populares aos bens culturais. Ao mesmo tempo, conforme adverte Barbato Júnior (2004), o projeto carregava um componente pedagógico e civilizatório, pois os intelectuais que o conduziam atribuíam a si mesmos a tarefa de elevar o nível cultural da população, o que revela certa tensão entre a valorização das culturas populares e a intenção de orientá-las.

5 A EQUIPE TÉCNICA E INTELECTUAL

A equipe era composta por Oneyda Alvarenga, Rubens Borba de Moraes, Paulo Duarte, Luiz Saia, pelo casal Lévi-Strauss, por educadoras e recreacionistas, pelos melhores trabalhadores, técnicos e intelectuais da época. Esta composição multidisciplinar garantiu ao departamento uma abordagem científica e profissional inédita nas políticas culturais brasileiras.

A participação de Claude Lévi-Strauss, então jovem antropólogo francês, ilustra o caráter internacional e academicamente sólido do projeto. Oneyda Alvarenga, musicóloga e folclorista, e Rubens Borba de Moraes, bibliotecário e bibliógrafo, trouxeram expertise técnica fundamental para as atividades do departamento. Oneyda Alvarenga, ex-aluna de Mário de Andrade, dirigiu a Discoteca Pública Municipal, enquanto Rubens Borba de Moraes esteve à frente da Divisão de Bibliotecas, contribuindo para modernizar a biblioteconomia no país.

Destaca-se também a atuação de Dina Lévi-Strauss, que ministrou, em 1936, um curso de etnografia promovido pelo Departamento, do qual resultou a criação da Sociedade de Etnografia e Folclore. O curso formou pesquisadores capazes de aplicar métodos de observação e registro às manifestações populares, aproximando a política cultural da produção de conhecimento científico. Em 1938, a Missão de Pesquisas Folclóricas, chefiada por Luiz Saia, percorreu estados do Norte e do Nordeste registrando músicas, danças e práticas religiosas populares, reunindo um acervo de gravações, fotografias e cadernetas de campo que permanece como uma das mais importantes fontes sobre a cultura popular brasileira da época, conforme informa Chagas (2006).

A composição dessa equipe confirma a observação de Miceli (2001) acerca da presença de intelectuais nos postos da administração pública. Contudo, diferentemente de outras experiências, os profissionais reunidos no Departamento

de Cultura não exerceram funções meramente burocráticas: Rubim (2007) destaca que atuaram como pesquisadores, gestores e formadores, conferindo ao órgão um perfil técnico-científico que seria raro nas políticas culturais brasileiras das décadas seguintes.

A Divisão de Documentação Histórica e Social, dirigida por Sérgio Milliet, também desempenhou papel relevante ao promover levantamentos sobre as condições de vida da população paulistana. Entre eles, destaca-se a pesquisa sobre o padrão de vida dos trabalhadores da limpeza pública, conduzida pelo sociólogo norte-americano Samuel Lowrie, que aplicou técnicas de investigação social então pouco difundidas no país. Esses estudos revelam que a concepção de cultura do departamento incluía o conhecimento das condições materiais de existência da população, em consonância com a dimensão antropológica destacada por Botelho (2001).

6 A DIMENSÃO EDUCATIVA: OS PARQUES INFANTIS

Entre as iniciativas do Departamento de Cultura, os parques infantis merecem atenção especial no campo da História da Educação. Instalados em bairros operários, como Lapa, Ipiranga e Pedro II, esses espaços atendiam crianças de famílias trabalhadoras fora do horário escolar, oferecendo atividades de jogos, música, dança, teatro, educação física e cuidados com a saúde. A Divisão de Educação e Recreio, responsável pelos parques, foi dirigida por Nicanor Miranda, que contou com educadoras e recreacionistas especialmente formadas para essa função.

A iniciativa dialogava com o movimento de renovação educacional expresso no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, que defendia uma escola pública, laica, gratuita e articulada às necessidades da vida social (AZEVEDO *et al.*, 2010). Embora os parques infantis não fossem escolas, compartilhavam com o ideário escolanovista a valorização da atividade, do jogo e da experiência da criança como fundamentos do processo educativo. Nesse sentido, o Departamento de Cultura pode ser compreendido também como espaço de experimentação pedagógica, no qual educadoras e recreacionistas puseram em prática concepções que, na mesma época, eram debatidas no campo da educação escolar.

Faria (1999) interpreta os parques infantis como experiência pioneira de educação da infância fora da escola, na qual a brincadeira e as manifestações da cultura popular eram compreendidas como elementos formativos. A autora ressalta que, na concepção de Mário de Andrade, as crianças não eram apenas destinatárias de ações assistenciais, mas também produtoras de cultura, cujas brincadeiras, cantigas e jogos deveriam ser observados, registrados e valorizados. Essa perspectiva antecipa debates contemporâneos sobre a educação infantil e o direito das crianças à cultura e ao lazer.

A experiência dos parques infantis evidencia a articulação entre cultura e educação que caracterizou o Departamento. Ao integrar recreação, saúde, arte e pesquisa, o órgão aproximou-se de uma concepção ampliada de educação, em consonância com os ideais de renovação educacional que circulavam no país desde o final da década de 1920. Ao mesmo tempo, Faria (1999) argumenta que a iniciativa respondia a preocupações higienistas e de controle social próprias da época, relacionadas à presença de crianças pobres nas ruas da cidade em rápido processo de industrialização.

7 IMPACTO E LEGADO

O Departamento de Cultura de São Paulo estabeleceu precedentes importantes para as políticas culturais brasileiras. Sua experiência influenciou a criação de órgãos similares em outras cidades e estados, contribuindo para a institucionalização da cultura no país (CALABRE, 2009).

Na mesma década, Mário de Andrade redigiu, a pedido do ministro Gustavo Capanema, o anteprojeto de criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que se tornaria o IPHAN), demonstrando como a experiência municipal serviu de base para políticas culturais de âmbito nacional (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2025b). O órgão foi instituído pela Lei nº 378, de 1937 (BRASIL, 1937a), e a proteção do patrimônio foi organizada pelo Decreto-Lei nº 25, do mesmo ano (BRASIL, 1937b). Fonseca (1997) observa que o anteprojeto de Mário de Andrade adotava uma concepção ampla de patrimônio, que incluía as manifestações populares e o que hoje se denomina patrimônio imaterial, concepção que não foi plenamente incorporada à legislação de 1937, mas que seria retomada décadas depois.

Nasceu deste departamento a ideia de uma biblioteca que servisse como depositária de toda a história cultural da cidade e do Brasil, conceito que se materializou posteriormente na Biblioteca Mário de Andrade, uma das mais importantes bibliotecas públicas do país nos dizeres de Arruda (2001).

A trajetória do Departamento, contudo, foi interrompida em sua forma original. Com a instauração do Estado Novo, em novembro de 1937, e a mudança na administração municipal, Mário de Andrade deixou a direção do órgão em 1938 e transferiu-se para o Rio de Janeiro. A experiência ilustra a terceira das tristes tradições apontadas por Rubim (2007), a instabilidade, pois projetos culturais consistentes foram frequentemente descontinuados em razão de mudanças políticas.

A concepção ampla de patrimônio defendida por Mário de Andrade encontrou reconhecimento jurídico apenas décadas depois. A Constituição Federal de 1988 passou a definir o patrimônio cultural brasileiro como o conjunto de bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluindo as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver (BRASIL, 1988). Posteriormente, o Decreto nº 3.551, de 2000, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial (BRASIL, 2000). Fonseca (1997) e Chagas (2006) reconhecem nessas conquistas a retomada de princípios já presentes no anteprojeto de 1936.

Ainda assim, o legado do Departamento manifesta-se em diferentes dimensões. No campo institucional, equipamentos como a Biblioteca Mário de Andrade e a Discoteca Oneyda Alvarenga permanecem em funcionamento. No campo do patrimônio, a concepção ampla defendida por Mário de Andrade inspirou a valorização dos bens imateriais. No campo da educação, Faria (1999) aponta que os parques infantis constituíram referência para a história da educação infantil no Brasil. E, no campo das políticas culturais, Chauí (2006) esclarece que a experiência paulistana permanece como modelo de articulação entre pesquisa, preservação, difusão e formação.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do Departamento de Cultura da Municipalidade Paulistana em 1935 representa um momento singular na história cultural brasileira. A iniciativa de Mário

de Andrade e Paulo Duarte, apoiada pela gestão de Fábio Prado, inaugurou uma nova fase nas políticas culturais urbanas, caracterizada pela profissionalização, democratização e sistematização das ações culturais.

O departamento não apenas atendeu às demandas culturais de São Paulo, mas também estabeleceu metodologias e princípios que influenciaram permanentemente as políticas culturais brasileiras. Seu legado perdura até hoje, manifestando-se nas atuais estruturas da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo e nas práticas de gestão cultural adotadas em todo o país.

Em resposta à questão que orientou este estudo, verificou-se que a experiência de 1935 antecipou princípios que só viriam a ser incorporados de forma mais ampla às políticas culturais brasileiras décadas depois: a concepção antropológica de cultura, o reconhecimento das culturas populares, a articulação entre cultura e educação e a noção de patrimônio imaterial. O diálogo com o referencial teórico permitiu compreender, também, os limites e as contradições do projeto, marcado pelo protagonismo de uma elite intelectual, por um viés civilizatório e pela fragilidade diante das mudanças políticas.

Para o campo da educação, a experiência oferece contribuições ainda atuais. Ela mostra que a escola não é o único espaço formativo e que equipamentos culturais, como bibliotecas, discotecas, parques e museus, podem integrar uma política educacional ampla. Mostra também que o conhecimento das culturas populares e do patrimônio local pode constituir conteúdo significativo para a formação de crianças, jovens e professores, perspectiva que dialoga com as propostas contemporâneas de educação patrimonial e de valorização da diversidade cultural.

A experiência paulistana de 1935 demonstra como a convergência entre visão intelectual, vontade política e competência técnica pode resultar em transformações duradouras no campo cultural, estabelecendo as bases para uma política cultural moderna, democrática e cientificamente fundamentada. Para pesquisas futuras, sugere-se o aprofundamento do estudo dos parques infantis e da formação das educadoras e recreacionistas que neles atuaram, tema ainda pouco explorado pela historiografia da educação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de. **O movimento modernista**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Metrópole e cultura**: São Paulo no meio século XX. Bauru: EDUSC, 2001.

AZEVEDO, Fernando de *et al*. **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

BARBATO JÚNIOR, Roberto. **Missionários de uma utopia nacional-popular**: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2004.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, 2001.

BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 15 jan. 1937a.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937b.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7 ago. 2000.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil**: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CANCLINI, Néstor García (ed.). **Políticas culturales en América Latina**. México: Grijalbo, 1987.

CAPELATO, Maria Helena. **O movimento de 1932**: a causa paulista. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **A universidade da comunhão paulista**: o projeto de criação da Universidade de São Paulo. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean *et al*. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHAGAS, Mário. **Há uma gota de sangue em cada museu**: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997.

DUARTE, Paulo. **Mário de Andrade por ele mesmo**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1977.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Educação pré-escolar e cultura**: para uma pedagogia da educação infantil. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Cortez, 1999.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: IPHAN, 1997.

LAFETÁ, João Luiz. **1930**: a crítica e o Modernismo. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MICELI, Sérgio (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, Eduardo Jardim de. **A brasilidade modernista**: sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. **História, Missão, Visão e Objetivos**. São Paulo: PMSP, 2025a. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/cultura/w/a_secretaria/4. Acesso em: 22 set. 2025.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. **Mário de Andrade, Departamento de Cultura e o IPHAN**. São Paulo: PMSP, 2025b. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/noticias/?p=23275. Acesso em: 22 set. 2025.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. **Esculpindo a cultura na forma Brasil**: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938). São Paulo: Humanitas, 2001.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36.

SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP). Secretaria de Cultura. **Mário de Andrade**. São

Bernardo do Campo: Secretaria de Cultura, 2025. Disponível em: https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/cultura/mario-de-andrade. Acesso em: 22 set. 2025.

SÃO PAULO (Município). Ato nº 861, de 30 de maio de 1935. Organiza o Departamento de Cultura e de Recreação da Prefeitura do Município de São Paulo. São Paulo: Prefeitura do Município, 1935.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Jornal da USP. **1935-1938**: cultura no futuro democrático. São Paulo: Jornal da USP, 2025. Disponível em: https://jornal.usp.br/artigos/1935-1938-cultura-no-futuro-democratico/. Acesso em: 22 set. 2025.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.